



6

O PROCESSO DE ANÁLISE DE ASSUNTO PARA DEFINIÇÃO DE CONCEITOS DE FOTOGRAFIAS EM BANCO DE IMAGENS

Ana Cristina de Albuquerque

1 Introdução

Os recursos imagéticos são documentos que incidem nas origens dos seres humanos, levando a um dos meios mais antigos de comunicação e se configurando também na preservação de registros. A concepção do “mostrar” está presente em todas as culturas e de forma intensa e cheia de valores em nossos dias, nos quais se inserem as fotografias.

A partir da segunda metade do século XIX as fotografias passam a fazer parte da realidade social. Nesse momento, no entanto, como instituições que servem à sociedade, as bibliotecas adquirem também a função de armazenar registros fotográficos. Estudos como o de Vasquez (2000) demonstram que a França, a partir do pressuposto histórico do nascimento da fotografia, foi o primeiro país a utilizar as instituições como bibliotecas, arquivos e museus para depositar acervos fotográficos.

Historicamente, a Bibliothèque Nationale da França foi a primeira instituição em todo o mundo a incorporar a fotografia ao seu acervo, ao receber, em 1851, uma série de doze calótipos produzidos pela Imprimerie photographique de Blanquart-Evrard, a título de depósito legal, em obediência à conhecida lei que já incidia há décadas sobre os livros e as gravuras (VASQUEZ, 2000, p. 44-45).

Vasquez relata que as fotografias chegavam, naquela época, por meio de livros, como, por exemplo, a reunião de registros que o editor Louis-Dédiré Blanquart-Evrard fez de lugares como o Egito, Palestina e Síria quando visitadas por Maxime Du Camp e pelo escritor Gustave Flaubert, entre 1849 e 1851. Porém, elas também chegavam à *Bibliothèque Nationale* da França por intermédio de portfólios sobre determinados temas que agregavam conjuntos fotográficos. A aquisição dos documentos ainda podia ser com imagens avulsas que eram cada vez mais produzidas em grandes quantidades e que influenciaram a ampliação do Cabinet des Estamps. Pela primeira vez foi perceptível como a produção em massa da fotografia incidiria em uma instituição informacional, requisitando espaço, profissionais adequados e tratamento coerente.

Nos Estados Unidos, também foi uma biblioteca, a Library of Congress, sediada em Washington, a primeira instituição a colecionar fotografias, objetivando com isso subsidiar o trabalho dos congressistas, a votação de leis e as reformas políticas e sociais (VASQUEZ, 2000, p. 44).

Com essas primeiras incursões nas instituições, é possível compreender que coleções de documentos fotográficos frequentemente foram – e ainda são – uma realidade em bibliotecas que as armazenam por diferentes razões. Nesse sentido, Alves (1998, p. 05), na apresentação do *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos*, afirma que:

a Biblioteca é, originalmente, a casa do livro. Ou, para sermos mais abrangentes, da documentação textual. Mas há muito o texto deixou de ser a única fonte primária relevante na pesquisa em diversos campos do conhecimento. A imagem, que antes era usada apenas como mera ilustração do texto, ganhou relevo na medida em que se desenvolveram estudos visando o aprofundamento de sua leitura e que a multimídia passou a ter papel relevante nos processos de informação, preservação e divulgação de imagens.

O Manual citado acima é referência para profissionais de todos os campos que trabalham com fotografias, sendo elaborado por conta do acervo que a Biblioteca Nacional possui. A questão da indexação é abordada de forma a dar ao pesquisador acesso eficiente e rápido aos documentos fotográficos e foi idealizado por bibliotecários. Publicado em 1998, suas recomendações até hoje são utilizadas por bibliotecas que possuem acervos com fotografias.

O desenvolvimento tecnológico, assim como as necessidades das próprias bibliotecas unidas à produção massificada de recursos imagéticos de todos os tipos, trouxe alternativas e demandas para a organização, representação e recuperação da documentação que ultrapassa o limite físico e é materializado em diferentes suportes e formatos, os quais podem ser armazenados e acessados por meio de bancos de imagens.

Bancos de imagens se caracterizam por um conjunto de figuras relativo às atividades de uma instituição e às coleções e documentos que armazenam, permitindo acesso e recuperação adequada às demandas dos usuários. De acordo com Codina (2011), pode-se pensar em um ecossistema informacional quando se tem um conjunto de sistemas de informações, as interações que esses sistemas realizam, a diversidade de sistemas e os diferentes processos que são elaborados e executados a partir deles.

Tais ecossistemas informacionais são articulados por produtores, desenvolvedores, administradores e usuários que consomem informações de todos os tipos, inclusive visuais. Assim, os bancos de imagem são parte integrante do referido ecossistema (CODINA, 2011).

Para o autor, compreender o que é um banco de imagens é pensar em sentido amplo no mundo da comunicação, ou seja, os bancos de imagens são utilizados para armazenar e disseminá-las e dispor suas informações.

Los bancos de imágenes forman parte también de la denominada industria de la información electrónica, junto con las bases de datos científicas y académicas (aunque pertenecen a nichos muy disintos), ya que generan una actividad de negocio alrededor de: (1) proporcionar acceso a colecciones de imágenes de gran calidad; (2) servicios de búsqueda avanzados e información de valor añadido en forma de categorizaciones conceptuales soisicadas y metadatos descriptivos (descripciones y palabras clave) de las fotografías que forman la colección y (3) estableciendo un marco legal y contractual claro entre el usuario, el uso de la imagen y el poseedor de los derechos de copia de la misma (CODINA, 2011, p. 418).

Assim, esses ecossistemas informacionais são reflexo das necessidades tanto das instituições quanto dos usuários, e demandam de normas e processos que permitem que a documentação seja recuperada.

Consequentemente, os processos de tratamento das informações e conhecimento, independentemente do recurso informacional, têm na determinação do tema uma questão ainda latente, pois definir exatamente do que se trata o assunto principal de fotografias implica questões que levam à interpretação e ao desafio de coerência com a instituição, o contexto em que foram produzidas e as necessidades dos usuários.

Sendo assim, apresentam-se algumas definições sobre o processo de análise de assunto e propõe-se uma reflexão especificamente quanto à identificação de conceitos e sobre como essa etapa proporciona a visualização de redes conceituais, contribuindo para a organização e representação do conhecimento de fotografias em banco de imagens alocados em bibliotecas.

A discussão foi feita a partir de concepções sobre como se constitui e o que é a Análise de Assunto, a fotografia enquanto documento em uma perspectiva social, as características de um banco de imagens e como o processo de Análise de Assunto, considerando a determinação do conceito, vem com as bases contextuais dos documentos que serão tratados informacionalmente, configurando-se como um conjunto de atividades que se complementam.

2 A análise de assunto: concepções

A criação de índices alfabéticos é prática que remete às bibliotecas da Antiguidade, porém a elaboração de índices organizados por conteúdo remonta ao início do século XX com as bases referenciais e o aumento de publicações como os periódicos, relatórios técnico-científicos e uma gama de documentos que emergiram principalmente no pós-Primeira Guerra e revelaram a necessidade de um tratamento mais específico e especializado a essas fontes documentais.

Nesse contexto, Guimarães (2003) explica que a partir da década de 1950 há uma “rediscussão” sobre a Análise Documentária e seus procedimentos, já que a informação estava sendo vista principalmente a partir de processos automatizados. Os procedimentos metodológicos empreendidos para a efetivação de tal análise conduziram à formação de correntes teóricas que se diferenciam por conta da definição de processos em etapas diversas e do desenvolvimento de produtos que atendam à demanda de cada uma. Dessa forma, correntes teóricas a respeito da Análise Documentária se desenvolveram promovendo discussões a respeito de cada fase e etapa a ser seguida para obtenção e elaboração de índices, resumos e representações, que terão como consequência a recuperação das informações. A Análise Documentária reúne diferentes correntes que influenciam sua concepção. No entanto, de forma consensual, tem como objetivo representar informações no sentido de propiciar uma recuperação eficiente aos usuários.

No bojo dessas correntes destaca-se a concepção francesa, que considera a Análise Documentária como um processo que engloba a indexação. De acordo com Guimarães (2003), que cita Chaumier (1993), a Análise Documentária é um conjunto de operações que tem por objetivo representar o conteúdo de documentos de forma diferente de seu original para oferecer acesso e localização. Tal concepção dá ênfase ao conteúdo do documento e considera a indexação como uma de suas etapas.

Na concepção espanhola, Fujita (2003) afirma que a Análise Documentária tem dois níveis: o tratamento da forma, que compreende a representação descritiva, e o tratamento do conteúdo dos documentos, que, por sua vez, seria a representação temática. Na concepção inglesa, entende-se Análise Documentária como análoga à indexação, e a análise de assunto é uma de suas etapas. As etapas da Análise Documentária são também explicitadas por Kobashi (1994), que faz menção à análise, síntese e representação que permitirão que o documento, em seu conteúdo, seja representado por meio de níveis diferentes, como a indexação com descritores e os resumos, que, de alguma forma, “reescrevem” o documento e apresentam um formato particular ao usuário com ênfase nos principais pontos da obra.

Diante de tais concepções, a Análise Documentária pode ser compreendida com o objetivo de apreensão do conteúdo do documento, de maneira que este será traduzido para uma linguagem específica, a qual ligará usuário e informação. Os procedimentos para que tal fato possa ocorrer com coerência é a seriedade com que deve ser sistematizado. Assim, a indexação, independentemente da corrente teórica, é um procedimento que segue determinadas regras e etapas para se concretizar.

O tratamento da informação documentária tem na indexação um ponto fundamental para a sua realização. O processo de indexação é o ato de identificar e descrever o conteúdo de documentos com vistas à recuperação de suas informações. São realizadas etapas que vão desde a análise do documento até a tradução dos termos levantados em linguagem natural para linguagem documentária – por exemplo, uma lista de cabeçalhos de assuntos ou tesauro. Na concepção de Chaumier (1988), a indexação se mostra como a parte mais importante da Análise Documentária, pois concebe base e valor a um sistema documentário, o qual, de acordo com o autor, se tiver uma indexação insuficiente procederá de muitos “ruidos” na recuperação das informações.

De acordo com a UNISIST (1981, p. 84), na determinação dos “Princípios de Indexação”, esta é compreendida como [...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto.” Já para Chaumier (1988), que segue Van Slype, a indexação se faz a partir de quatro operações: conteúdo do documento, que incide em uma leitura rápida; escolha de conceitos, que, segundo o autor, é feita por meio de uma análise mais detalhada e conceitual do documento, a qual pode resultar em uma síntese, pois são analisados, por exemplo, argumentos, tese defendida, quais fenômenos utilizados etc.; regra da seletividade, na qual o indexador escolhe os conceitos; e, por último, a tradução dos termos de acordo com as linguagens documentárias.

Conforme as recomendações da UNISIST (1981), e dividindo a indexação em etapas como Chaumier (1988), temos a sua composição em dois estágios: a determinação do assunto e a representação de conceitos em uma linguagem de indexação.

Especificamente, o assunto é subdividido em três sub-estágios que são mostrados de forma separada. No entanto, Fujita (2003, p. 64) observa que “[...] esses três sub-estágios são superpostos durante a leitura do documento.” O primeiro deles se refere à apreensão do documento de forma total, que compreende uma leitura com vistas a considerar pontos importantes, como título, resumo e conclusão. Esse estágio depende das informações que o próprio documento fornecerá.

O segundo sub-estágio é a identificação de conceitos que melhor representam o conteúdo do documento, pois o indexador deverá se utilizar da sua percepção lógica para desempenhar essa função. O terceiro sub-estágio é a seleção de conceitos. Nele, o indexador deverá escolher os conceitos que mais se adéquam ao objetivo da indexação realizada.

Diante disso, Fujita (2003) compreende que o segundo sub-estágio, a identificação de conceitos, leva a uma busca mais precisa caso seja realizado de forma adequada. Tal estágio é de extrema importância por resultar na extração do assunto principal e por melhor representar um documento, de modo que todos os estágios da análise são realizados por meio da leitura documental.

Assim, com a afirmação “Análise de assunto é a chave para toda a indexação”, Langridge (2006, p. 106) inicia o tópico relacionado ao tema e faz observações sobre algumas questões em relação a essa atividade, que se constitui de processos referentes à identificação, seleção e tradução de informações, além de incidir diretamente no conteúdo dos documentos a serem tratados. No tocante à classificação, o autor trata da segurança sobre documentos, alertando que não é simples analisar um documento, já que o exame do assunto é complexo pelo fato de agregar saberes e competências que exigem rigor e sistematização do profissional. pois “[...] consiste em reduzir [...] milhares de palavras a uma frase bem precisa sobre o conteúdo de assunto de um livro” (LANGRIDGE, 2006, p. 106). Tal processo reúne fatores referentes à lógica, à linguística, à leitura documental, aos conhecimentos prévios e a toda uma fundamentação que possibilitará um resultado claro, sem “ruídos” e capaz de atingir seu objetivo.

De acordo com Cesarino e Pinto (1980, p. 32), a análise de assunto consiste em “uma operação-base” que contempla os procedimentos que farão com que a recuperação das informações seja possível. As necessidades dos usuários devem ser examinadas minuciosamente a fim de se obter conhecimento e, assim, determinar os procedimentos que deverão ser definidos para que a informação seja processada e recuperada. A apreensão do conteúdo informativo do documento permite que ele seja traduzido para uma linguagem intermediária entre o documento em si, as informações e os usuários.

Cesarino e Pinto (1980) chamam a atenção para a entrada de determinado documento em um sistema de informação, que resultará em uma análise em relação a seu conteúdo levando em consideração as necessidades dos usuários. As autoras explicam que, diante de um pedido de informação, uma análise deve ser feita referente à necessidade do usuário, à identificação de conceitos e, por fim, à tradução, que permitirá utilizar a linguagem adequada ao sistema de informação.

Os sistemas de informação que elegem títulos do documento como forma de recuperação são, de acordo com Foscett (1973), insatisfatórios em diversos sentidos, e isso leva à necessidade de desenvolvimento de cabeçalhos de assunto ou vocabulários controlados que só podem ser contemplados se forem analisados, primeiramente, os assuntos dos documentos, além da identificação da relação existente entre eles. Para Foscett (1973), quando se realiza essa identificação, verifica-se que os assuntos se dividem em duas categorias: os assuntos simples, que se referem a um conceito, e assuntos compostos, que se referem e podem dar origem a mais de um conceito.

Para o autor, realizar a análise de assunto pode envolver questões como: um assunto pertencer à mesma categoria que outro, incluir um assunto diferente ou mesmo fazer parte de determinado assunto que não necessariamente está descrito com clareza nos documentos. Essas relações são denominadas paradigmas (FOSKETT, 1973); podem envolver também os sintagmas, onde a especificidade é alcançada ao se relacionar assuntos; sinônimos e homógrafos, onde uma grafia é utilizada para palavras que diferem em seu significado e que podem ser pronunciadas da mesma forma ou não; linguagens de indexação, como vocabulários controlados, linguagem de indexação, sintaxe; e pode envolver sistemas pré e pós-coordenados, abertos e fechados, além de enumeração e síntese.

Rodrigues e Cervantes (2015) explicam que a atividade de Análise de Assunto demonstra a compreensão dos significados que os documentos dispõem, sendo realizada a partir do desenvolvimento de teorias como alicerce para análise dos assuntos e das áreas de conhecimento com vistas à construção de instrumentos e métodos para representar informações. As referidas autoras não só discorrem sobre a Análise de Assunto para definir os termos, mas também sobre os conceitos resultantes das operações metodológicas, teóricas e intelectuais da atividade.

A caracterização dos conceitos de Análise de Assunto é a base para refletir sobre as redes conceituais que podem ser elaboradas a partir de tal processo.

3 Fotografia, conceito, contexto

Referindo-se à máquina, Rouillé (2009) explica que a fotografia trouxe um novo “protocolo” em relação à produção de imagens. O autor pontua de três formas: a passagem da técnica manual, de lentamente construir imagens em uma tela com pigmentos para uma operação em que ela aparece por conta de reações químicas, mudando o espaço ocupado antes por uma oficina para um laboratório; o uso do pincel como instrumento principal de realização de uma obra para a máquina, a qual, no entendimento do autor, faz com que a aproximação com o real seja muito mais visível; a passagem da “matéria bruta” como a tinta e o grafite, que necessita da arte e da estética de alguém para o material que precisa ser manipulado quimicamente. Esses são diferenciais estruturais que marcam a atividade industrial e a necessidade da máquina para compor imagens. A máquina possibilita a produção em série, o que, com a fotografia, se tornou ao longo da história um fato irrefutável, visto que seus poderes de sedução, aliados à reprodutibilidade em massa, fizeram dela objeto industrial.

Nesse sentido, Rouillé (2009, p. 38) afirma que, com a capacidade de produzir imagens em série, a fotografia marcou também a passagem do individual e único ao múltiplo. Para o autor, “o dispositivo fotográfico é uma extraordinária máquina de produzir imagens-objetos mais próximos dos produtos industriais do que das realizações artesanais ou das obras artísticas”. Nas reflexões que traça em *Filosofia da Caixa Preta*, Flusser (2002) também se refere ao aspecto maquínico da fotografia, mas como uma extensão do corpo, explicando que a câmara fotográfica é um aparelho que, sendo um prolongamento do olho humano, tem o poder de alcançar a natureza de forma mais profunda e, por isso, é mais poderosa e eficiente do que o próprio olho.

Mas não só o aspecto maquínico da fotografia vêm à tona em sua análise. A fixação da imagem em um suporte bidimensional na sociedade industrial tornou-a definitiva no sentido de um novo modo de conhecimento, olhar a si mesmo e ao mundo com os olhos da realidade, do progresso que transforma a natureza. O que apenas era feito por intermédio da pintura – perpetuar uma imagem conforme era – podia ser feito sem ela, ou seja, usar uma nova técnica e uma nova tecnologia. Esse anseio foi suprido pela fotografia a partir do momento em que as pessoas perceberam que, graças a ela, poderiam se apropriar de um pequeno instante do mundo, assim como se tornarem imortais em um pedaço de papel. A reprodutibilidade da fotografia faz com que seja totalmente inclusa na sociedade da época, pois reflete as necessidades e permite que se tenha muito perto tudo o que anteriormente não poderia ser visto.

Como explica Tagg (2005), o valor documental que a fotografia demonstrava em seus registros foi sendo construído lentamente, mediante processos sociais. Além disso, ela foi elevada a status de documento por uma série de questões que envolvem a consolidação de um modo de vida, a institucionalização de serviços, a abertura de novas instituições e os esforços de países em passar imagens que pudessem ser assimiladas por seus cidadãos.

As coleções de fotografias acumuladas durante a vida de uma pessoa ou de uma instituição se transformaram, posteriormente, em documentos acumulados em instituições que também estavam sofrendo modificações e influências sociais.

Considerando o exposto, a identificação de conceitos, a partir do processo de Análise de Assunto, permite organizar, hierarquizar e categorizar estruturas em sistemas informacionais para que possibilitem o alicerce de recuperação e acesso de fotografias nesses ambientes.

Assim, com base em Codina (2011), pode-se pensar nas características de um banco de imagens: armazenamento eficiente dos documentos; modelagem de dados evidenciando os aspectos relevantes para recuperação das fotografias; permissão de acesso; termos coerentes com a instituição e com o usuário.

Quanto às fotografias, o autor evidencia a gênese, a que segmento servirá e os direitos autorais.

Considerando-se a identificação de conceitos, a atenção pode se voltar aos seguintes elementos:

PROFISSIONAL INDEXADOR

De acordo com Souza e Fujita (2014), o profissional indexador bibliotecário deve compreender o processo de Análise de Assunto como uma atividade intelectual, se atendo às normas e às atividades de indexação nos processos de tratamento das informações.

ASSUNTO

De acordo com Rodrigues e Cervantes (2015), o assunto pode ser a explicação de uma determinada ideia que faz parte de um domínio do conhecimento. Essa etapa se constitui pela análise do documento com a leitura documentária.

CONCEITO

O conceito são unidades do conhecimento identificadas por enunciados verdadeiros e podem ser representadas pelo conceito geral, que é esclarecido pela classe de algo, ou pelo conceito individual, explicado por algo individual.

CONTEXTO

De acordo com Abbagnano (1998, p. 199), contexto são “[...] os elementos que condicionam, de um modo qualquer, o significado de um enunciado”. O contexto se atém ao conteúdo manifestado por grupos sociais, nos quais os elementos são isolados e liga o sentido das ações à frequência.

Por meio das atividades executadas pelo bibliotecário indexador, a definição do assunto, a definição dos conceitos e a consideração do contexto de um conjunto de fotografias, dentro de diversas entidades é possível escolher as características que têm relação mais próxima com a entidade que foi determinada e representar uma fotografia a fim de dar coerência sobre o conjunto e elementos especificados.

Em um banco de imagens, são imprescindíveis as modelagens conceituais, como vocabulários controlados, taxonomias e ontologias, pois possibilitam dispor conjuntos de elementos de forma a ordená-los para fins pragmáticos e conceituais, como organização, disponibilização, posterior recuperação e, também, para entender e conhecer melhor determinado objeto ou domínio do conhecimento. Considera-se que tais elaborações podem ser melhor executadas considerando-se a teoria, metodologia e bases elencadas do processo de Análise de Assunto.

4 Considerações Finais

A fotografia é um documento que, de acordo com suas características físicas e temáticas, é tomado como centro de discussões condizentes a métodos e análises que possam refletir sobre seu tratamento informacional.

O profissional indexador, quando diante de um banco de imagens, deve se atentar aos elementos característicos que farão a diferença no tratamento informacional do documento. O assunto, o conceito e o contexto dos métodos específicos de tratamento de imagens possibilitam não só a recuperação das informações como também a preservação da memória, a construção de produtos documentários com coerência e a construção de conhecimento a partir da inter-relação dos conceitos evidenciados.

Nesse ponto, a Análise de Assunto, combinada à pesquisa e a outros métodos, pode auxiliar na percepção e definição do contexto no processo de análise da fotografia e proporcionar maior segurança aos profissionais que ainda se indagam sobre o tratamento de um documento fotográfico.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALVES, M. C.; VALÉRIO, S. A. **Manual de indexação de documentos fotográficos**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1998.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72529>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CHAUMIER, J. Indexação: conceitos, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1/2, n. 21, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CODINA, L. Entender los bancos de imágenes, **El Profesional de la información**, Madrid, v. 20, n.4, p. 417-423, 2011.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Relume Dumará, 2002.

FOSKETT, D. J. Teoria dos sistemas gerais e a organização de bibliotecas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71859>. Acesso em: 04 abr. 2023.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2003. DOI: 10.20396/rdbci.v1i1.2089. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GUIMARÃES, J. A. C. A Análise Documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. São Paulo: USP, 1994.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagens para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 35-56, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37922>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ROUILLÉ, A. **Fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. A análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92987>. Acesso em: 04 abr. 2023.

TAGG, J. **El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

VASQUEZ, P. K. Mudança de foco: a criação de Departamento de Fotografia, Vídeo & Novas Tecnologias do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 35-50, 2000.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO:

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. O processo de análise de assunto para definição de conceitos de fotografias em banco de imagens. *In*: MACÊDO, Diego José; SHINTAKU, Milton (org.). **Imago**: reflexões para proposição de banco de imagens. Brasília: Ibict, 2023. Cap. 6, p. 78-91. DOI: 10.22477/9786589167440.cap6